

4.1.1. Em caso de prorrogação contratual fica prorrogado automaticamente o Termo de Compromisso (Anexo B).

Cláusula 5ª - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

5.1. Obrigações da CONTRATADA:

5.1.1. As obrigações do leiloeiro são as constantes deste Edital e seus anexos, além das previstas no Decreto Federal nº 21.981, de 19 de outubro de 1932, e na Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Novo Código de Processo Civil), no que for aplicável, especialmente o disposto no art. 880, dentre as quais:

5.1.1.1. Realizar os leilões de acordo com expressa determinação da Prefeitura Municipal de Santa Gertrudes / SP, em datas aprazadas, divulgando-se os respectivos editais, **sendo que o prazo mínimo que o edital de leilão deverá ficar aberto é de 20 (vinte) dias;**

5.1.1.2. Divulgar o leilão em endereço eletrônico e confeccionar material publicitário impresso sobre o leilão, sob forma de cartilha, livreto, folheto, etc., identificando sempre a melhor forma de publicidade de acordo com a natureza do bem ofertado e os possíveis interessados em adquiri-los, além de divulgar o leilão, pelo menos por uma vez, em jornal de circulação estadual, em jornal de circulação local e no Diário Oficial do Estado (DOE)), fazendo constar, na divulgação do evento na Internet e no material impresso, a descrição dos bens ofertados, informações sobre o leilão, telefones para contato e demais esclarecimentos que se fizerem necessários;

5.1.1.3. Tornar conhecidas, quando da publicidade dos eventos, as condições das vendas, formas de pagamento, entrega dos bens, estado, qualidade e quantidade;

5.1.1.4. Ouvida a Prefeitura Municipal de Santa Gertrudes / SP, elaborar a minuta de edital, fazendo constar a descrição dos bens, o lugar onde se encontram os bens móveis, veículos e materiais inservíveis;

5.1.1.5. Guardar sigilo das informações que lhe serão repassadas para a realização do leilão e responsabilizar-se perante a Prefeitura Municipal de Santa Gertrudes / SP pela indenização de eventuais danos decorrentes da quebra de sigilo dessas informações ou pelo seu uso indevido;

5.1.1.6. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano que causar à Prefeitura Municipal de Santa Gertrudes / SP ou a terceiros, ainda que culposos, decorrente da sua atividade, devendo adotar as providências saneadoras de forma imediata;

5.1.1.7. Disponibilizar recursos humanos para fins da execução da sua atividade, devidamente identificados através de crachá;

5.1.1.8. Cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável à execução do leilão;

5.1.1.9. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas quando do credenciamento.

5.1.1.10. Todas as despesas incorridas na execução do leilão de que trata este Edital, sejam de que natureza forem, correrão a sua conta exclusiva, inclusive nos casos de suspensão, revogação ou anulação do leilão, por decisão judicial ou administrativa, não cabendo à Prefeitura Municipal de Santa Gertrudes/SP nenhuma responsabilização por tais despesas

5.2. Obrigações da CONTRATANTE:

5.2.1. Assegurar o livre acesso ao Leiloeiro e seus empregados, quando devidamente identificados, aos locais onde estão dispostos os bens e materiais inservíveis;

5.2.2. Prestar todas as informações e esclarecimentos que o credenciado e seus empregados encarregados da execução do leilão venham a solicitar para o desenvolvimento dos trabalhos;

5.2.3. Articular, sempre que possível e em conjunto com a Prefeitura Municipal de Santa Gertrudes / SP, cronograma de leilões;

Cláusula 6ª - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1. O credenciado ficará sujeito as seguintes penalidades, por inobservância as condições estabelecidas neste Edital e no Contrato de Chamamento:

6.1.1. Advertência escrita com prazo para sanar a pendência;

6.1.2. Aplicação de multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), dobrada em caso de reincidência;

6.1.3. Sanções previstas na Lei 8.666/93.

Cláusula 7ª - DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1. Este contrato será rescindido total ou parcialmente pela PREFEITURA, de pleno direito, em qualquer tempo, isento de qualquer ônus ou responsabilidade, independentemente de ação, notificação ou interpelação judicial, sem que à PERMISSIONÁRIA, assista o direito a qualquer indenização, se esta:

7.1.1. Falir, entrar em concordata, tiver a sua empresa dissolvida ou deixar de existir;

7.1.2. Transferir, no todo ou em parte, o presente contrato, sem prévia autorização da PREFEITURA;

7.1.3. Paralisar os serviços durante um período de 10 (dez) dias consecutivos;

7.1.4. Sem justa causa (a critério da PREFEITURA), suspender a prestação dos serviços;

7.1.5. Agir com dolo ou culpa ou mediante simulação ou fraude na execução do contrato.

7.2. A CONTRATADA reconhece os direitos da PREFEITURA, em caso de rescisão administrativa, de acordo com o disposto no artigo 80, da Lei Federal Nº: 8.666/93 e alterações.

7.3. O descumprimento total ou parcial de quaisquer das obrigações previstas neste Edital, no Termo de Compromisso de Leiloeiro e no Decreto nº 21.981, de 1932, relativamente à prestação das atividades objeto deste Edital;

7.4. O cometimento de faltas ou falhas na execução dos serviços como negligência, imprudência e imperícia na condução dos processos de leilão;

7.5. A divulgação, pelo credenciado, de informações do interesse exclusivo da Prefeitura Municipal de Santa Gertrudes /SP, obtidas em decorrência do Credenciamento;

7.6. A constatação superveniente do descumprimento de qualquer das situações previstas no Anexo F (Termo de Referência) deste Edital.

7.7. No ato do cancelamento, o credenciado prestará contas de toda a documentação que lhe foi confiada, fazendo a entrega dos respectivos dossiês, devidamente protocolados na Prefeitura Municipal de Santa Gertrudes /SP e transferirá os valores ainda pendentes de repasse decorrentes de leilões realizados.

7.8. A Prefeitura Municipal de Santa Gertrudes /SP não se responsabiliza pelo pagamento de nenhum crédito superveniente ao cancelamento do credenciamento.

7.9. Também será cancelado o credenciamento do Leiloeiro a pedido, desde que não possua atividade pendente de conclusão.

Cláusula 8ª - DO SUPORTE LEGAL

legais:

8.1. Este Edital de Chamamento é regulado pelos seguintes dispositivos

8.1.1. Constituição Federal;

8.1.2. Lei Orgânica Municipal;

8.1.3. Lei Federal Nº: 8.666/93 e posteriores alterações (artigo 25);

8.1.4. Decreto nº 21.981 / 32;

8.1.5. Decreto nº 22.427, de 1º de fevereiro de 1933;

8.1.6. Instrução Normativa nº 83 / 99 do Departamento Nacional do Registro do Comércio (DNRC);

8.1.7. Lei nº 13.105 / 2015;

8.1.8. Lei 5.869 /1973;

8.1.9. Demais disposições legais aplicáveis, inclusive, os princípios gerais de Direito.

Cláusula 9ª - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

9.1. Poderão participar deste Edital de Chamada Pública as pessoas jurídicas devidamente constituídas e enquadradas no ramo pertinente.

9.2. A Prefeitura poderá solicitar, de qualquer interessado, informações e esclarecimentos complementares para perfeito juízo e entendimento da documentação ou proposta apresentada.

9.3. A Prefeitura poderá revogar este Edital por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, podendo também, anulá-lo, sem que caiba aos interessados o direito a qualquer indenização, reembolso ou compensação, quando for o caso.

9.4. Pela elaboração e apresentação da documentação, os interessados não terão direito a auferir vantagens, remuneração ou indenização de qualquer espécie.

9.5. É expressamente vedada a transferência do credenciamento para terceiros sem a prévia e escrita autorização da Prefeitura.

9.6. A Prefeitura poderá, através de comunicação escrita e por prazo nunca inferior a 90 (noventa) dias, retomar, sem indenização de qualquer espécie, o referido credenciamento, desde que o mesmo esteja sendo explorado em desconformidade com o estipulado por este Edital, bem como se o mesmo se revelar insuficiente para o atendimento dos usuários, ou, ainda, se deixar de atender ao interesse público.

9.7. Não havendo mais interesse do credenciado em explorar o objeto do permissionamento, o mesmo deverá comunicar a Prefeitura com antecedência, estabelecendo um prazo mínimo de 30 (trinta) dias para o encerramento das atividades.

9.8. As dúvidas surgidas na aplicação no presente Instrumento Convocatório, bem como os casos omissos, gestão da licitação e contrato serão resolvidos pelo Diretor de Transportes - Valdemar de Souza Oliveira e Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos – Paulo Fernando de Mello Dikerts Filho.

9.9. Fica eleito o Foro desta Comarca de Rio Claro/SP para solução em primeira instância, de quaisquer questões suscitadas na execução deste contrato não resolvidas administrativamente.

9.10. Para conhecimento do público, expede-se o presente Edital de Chamamento, que será afixado no mural de avisos da Prefeitura, e seu extrato será publicado na imprensa oficial, local e estadual.

9.11. A CONTRATADA assume a exclusiva responsabilidade pelo pagamento de salários, encargos trabalhistas e previdenciários advindos da legislação vigente,

sendo que o pessoal por ela designado para trabalhar na execução do objeto deste contrato de permissionamento, não terá vínculo empregatício algum com a PREFEITURA.

9.12. É expressamente vedada a transferência **TOTAL OU PARCIAL** do credenciamento.

9.13. Os serviços referentes ao objeto deste Edital, só poderão ser efetuados pela empresa que efetivamente se credenciou nesse processo, não podendo transferir esta incumbência a outras empresas, mesmo que essas empresas façam parte do grupo societário.

9.14. A CONTRATADA assume total responsabilidade pela execução integral deste contrato, sem direito a qualquer ressarcimento por despesas decorrentes de custos não previstos quer decorrentes de erro ou omissão de sua parte.

Rogério Pascon
Prefeito Municipal

Contratada

Testemunhas:

1. Rafael Stabellini Colabone;

2. Rosana Cristina Filier;